

V CONGRESSO INTERNACIONAL

# CIDADES CRIATIVAS

25-27 JANEIRO 2017

FACULDADE DE LETRAS DA  
UNIVERSIDADE DO PORTO



CITCEM  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA



icono14

# Libro de Actas

## V Congreso Internacional

# Cidades Criativas

**Coordinadores de Actas:**

Alves, Luis M; Alves, P y García García, F

**ICONO14**

Actas Científicas

ISBN: 978-84-940289-8-4

**Dirección**

Francisco García García

**Coordinador General**

Ernesto Taborda-Hernández

**Diseño de Portada**

Fusellog



# COMISSÃO ORGANIZADORA

## **Direção**

Francisco García García  
(UCM / ICONO14)  
Luís Alberto Alves  
(FLUP / CITCEM)

## **Coordenação executiva**

Pedro Alves  
(UCP / CITCEM)  
Maria Leonor Botelho  
(FLUP / CITCEM)  
Hugo Barreira  
(FLUP / CITCEM)

## **Gestão e Secretariado**

Vasco Sistelo  
Tiago Cruz  
Ana Rita Albuquerque  
Marlene Cruz  
Ana Moreira

## APOIOS



**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA  
UID/H15/04059/2013



A organização de conferências e publicação Icono 14 não se responsabiliza pelas opiniões expressas neste livro de atas, não para os direitos de imagem que podem ser quebrados.

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.



Cofinanciado por:



# COMISSÃO CIENTÍFICA

**Islam ABOUHELA**

Burga Orhangazi University (Turquia)

**Miguel de AGUILERA MOYANO**

Universidad de Málaga (Espanha)

**Pedro ALVES**

Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa / CITCEM (Portugal)

**Miguel ÁNGEL CHAVES**

Universidad Complutense de Madrid (Espanha)

**Isidoro ARROYO ALMARAZ**

Universidad Rey Juan Carlos de Madrid (Espanha)

**Tiago BAPTISTA**

Instituto de História Contemporânea, FCSH-UNL / Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema (Portugal)

**Álvaro BARBOSA**

Faculdade de Indústrias Criativas da University of Saint Joseph (Macau, China)

**Hugo BARREIRA**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CITCEM (Portugal)

**Mario BARRO**

Universidad Nacional Autónoma de Mexico (México)

**Mário BARROCA**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CITCEM (Portugal)

**Manuel BELVER**

Universidad Complutense de Madrid (Espanha)

**Maria Leonor BOTELHO**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CITCEM (Portugal)

**Ângela Ferreira CAMPOS**

University of Sussex / CITCEM (Inglaterra)

**Laura CASTRO**

Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa / CITAR-UCP (Portugal)

**Catherine CLARKE**

University of Southampton (Inglaterra)

**Pilar DE LA CASA**

Universidad de Alcalá de Henares (Espanha)

**Rui Rosa DIAS**

Instituto Português de Administração de Marketing (Portugal)

**Teresa Cunha FERREIRA**

Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto / CEAU-FAUP / ICOMOS  
(Portugal)

**Maria Luísa GARCÍA GUARDIA**

Universidad Complutense de Madrid

**Manuel GÉRTRUDIX BARRIO**

Universidad Rey Juan Carlos de Madrid (Espanha)

**Renato Ventura Bayan HENRIQUES**

Universidade Federal de Rio Grande do Sul (Brasil)

**José María LEGORBURU**

Universidad CEU San Pablo de Madrid (Espanha)

**Margarita LEDO ANDIÓN**

Universidad de Santiago de Compostela (Espanha)

**Rui Guimarães LIMA**

CITCEM (Portugal)

**Antonio MEDINA RIVILLA**

UNED – Universidad Nacional de Educación a Distancia (Espanha)

**Julio MONTERO DÍAZ**

Universidad Internacional de la Rioja (Espanha)

**Helena MURTEIRA**

Universidade de Évora (Portugal)

**Henrique PEREIRA**

Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa / CITAR-UCP (Portugal)

**Rui PEREIRA**

Universidade Lusófona do Porto / CECS-UM (Portugal)

**Olívia PESTANA**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

**José Luís PIÑUEL RAIGADA**

Universidad Complutense de Madrid (Espanha)

**Maria REDMON**

University of Central Florida (EUA)

**Tiago REIGADA**

CITCEM (Portugal)

**Ángel RODRÍGUEZ BRAVO**

Universidad Autónoma de Barcelona (Espanha)

**Lúcia ROSAS**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CITCEM (Portugal)

**José Luís RUBIO TAMAYO**

Universidad Rey Juan Carlos de Madrid (Espanha)

**Helena SANTOS**

Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Portugal)

**Teresa SOEIRO**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CITCEM (Portugal)

**João TEIXEIRA LOPES**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto / IS-FLUP (Portugal)

**Scott WILSON**

Faculty of Creative Industries and Business, UNITEC (Nova Zelândia)



## **“A Cidade Criativa é um lugar de inspiração” (Charles Landry)**

Depois das edições anteriores realizadas em Madrid (2009, 2011 e 2016) e em Campinas, Brasil (2013) – organizadas pela Associação ICONO14 (Espanha) em parceria, respetivamente, com a Universidad Complutense de Madrid e com a UNICAMP -, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” e a Associação Científica ICONO14 assumiram a responsabilidade de sedear no Porto, entre 25 e 27 de janeiro de 2017, a 5ª edição do evento, numa altura em que se comemoram os 20 anos da classificação do centro histórico da cidade como Património Mundial.

Charles Landry, um dos primeiros responsáveis pelo conceito, defende um particular enfoque para o lugar onde as pessoas vivem, crescem, expressam-se, decidem, planificam, partilham. Nas 21 linhas temáticas do Congresso, recebemos comunicações que procuram inscrever-se na riqueza polissémica do próprio conceito. Aí contemplamos, da riqueza da sua História e Memória às representações materiais e imateriais; da cidade desportiva e ociosa à cidade onde é preciso continuar a viver nos escombros de raízes ancestrais que urge preservar e atualizar; do espaço económico em renovação permanente à cidade divulgada e visitada; do espaço onde os mais velhos sejam incluídos ao espaço jovial que investe na sua adaptação permanente projetando um futuro risonho, arriscado, utópico enquanto capaz de romper com as fronteiras do possível. Mas não esquecemos também a cidade que pensa, que investiga, que pretende ser igualitária, generosa, solidária, bem gerida e bem administrada ao espaço que se virtualiza nas novas tecnologias, nas redes sociais, na “cloud” onde existência, identidade e divulgação coabitam nesse espaço comum, neutro mas necessário.

Só pensando as cidades como fazendo parte integrante das pessoas, podemos realmente evidenciar as múltiplas vertentes em que elas podem e devem ser equacionadas, para permitir que continuem a ser espaços desejados, úteis, harmoniosos, esteticamente sempre renovadas mas eticamente sempre irrepreensíveis. Sendo as pessoas a razão de ser desses espaços, eles terão de estar a ser permanentemente pensados em função das mudanças, das expectativas, das ambições, da sua capacidade de preservação da Memória mas também da sua versatilidade (fluidez) face aos desafios da contemporaneidade. A sua polissemia interpretativa, vista não numa perspetiva “dronizada” mas bem assente nos seus espaços de vida e de circulação, exigem que a investigação e o conhecimento, cumprindo o seu papel de construtores de saber, a tomem como objeto, como produto para análise laboratorial, dissecando as suas múltiplas vertentes. A essa postura epistemológica compete facultar a densidade de informação científica para a compreensão do presente e consistência e realismo para a inovação que o futuro exige para a permanente renovação criativa. Se é evidente a vantagem da utilização das tecnologias para captar essas mudanças e democratizá-las garantindo o seu acesso a uma comunidade que rompe as fronteiras da cidade, serão as ciências humanas e sociais que terão de assumir a responsabilidade de a pensar em função e para as pessoas, individual e coletivamente consideradas.

A Cidade Criativa tem pois de ser um lugar de inspiração para todos os que a pensam, estudam e nela vivem. Tem também de ser um lugar onde todos se sintam bem e por isso aspirem a nela permanecer. Para que inspiração e aspiração sejam compatíveis, procuramos dar neste Congresso um contributo, rico ao nível da diversidade de pontos de vista, de nacionalidades, de experiências, de projetos, de idealismos, de utopias. A transdisciplinaridade é o melhor meio para que a cultura, os espaços e a sua memória possam ser legados de forma competente (cientificamente) aos que aceitando a logicidade e racionalidade da mudança a consigam interpretar e transformar. Acreditamos que, como refere Marc Augé, “um espaço que não pode definir-se como espaço de identidade, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não lugar”. Pretendemos inscrever-nos e inscrever a cidade, seja ela qual for, como um lugar inspirado e inspirador.

**Francisco García García**

**Luís Alberto Alves**

**(Diretores do V Congresso Internacional de Cidades Criativas)**

## INDICE DE COMUNICACIONES

### ***A CIDADE CONSTRUÍDA: TEORIA E HISTÓRIA DAS CIDADES*** 18

LOS PALACIOS URBANOS Y LAS VILLAS SUBURBANAS DE LA  
CASA NOBILIARIA DE OSUNA EN LA CONFORMACIÓN DE LAS  
PERIFERIAS OESTE Y ESTE DE MADRID 19

MARÍA ISABEL PÉREZ HERNÁNDEZ

BUSINESS AS USUSAL: CREATIVITY IN MANCHESTER'S  
NEOLIBERAL REGENERATION 45

EAMONN CANNIFFE

REABILITAÇÃO PELA ARTE NA CIDADE CRIATIVA 56

ANA CRUZ LOPES

COLONIAL TOWN AS AN IMPERIAL CENTER IN THE BRITISH  
PUNJAB 68

AMNA JAHANGIR

### ***A CIDADE HERDADA: PATRIMÓNIO E A CIDADE*** 86

GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E SÍTIOS DE  
MEMÓRIA LIGADOS A ESCRAVATURA - CASO DA CIDADE  
VELHA, PATRIMÓNIO MUNDIAL 87

HAMILTON JAIR FERNANDES

LA CIUDAD CONTEMPORÁNEA: IDENTIDAD Y PATRIMONIO 97

IRVING SAMADHI AGUILAR ROCHA

SÉ CATEDRAL DO PORTO: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO 106

MARTA PEREIRA GONÇALVES

QUATRO DÉCADAS ENTRE O SONHO E A REALIDADE: A CASA  
DA CULTURA DA JUVENTUDE DE BEJA 119

ALEXANDRA SARAIVA

RAQUEL PIRES

DESIGNING EXHIBITIONS AT GOOGLE CULTURAL INSTITUTE.  
BETWEEN PEDAGOGICAL EXPERIENCES AND THE CREATION  
OF HERITAGE DIFFUSION PRODUCTS **128**

MARIA LEONOR BOTELHO  
HUGO BARREIRA  
LÚCIA MARIA CARDOSO ROSAS

CIDADE, PATRIMÓNIO E CARTOGRAFIA. O CASO DO BAIRRO  
HISTÓRICO DA MOURARIA, EM LISBOA **139**

ANA MOYA  
DESIDÉRIO BATISTA

THE PROJECT MANAGEMENT TO THE AID OF DECISION MAKING  
FOR CONSERVATION IN A CONTEXT OF AN INTERNATIONAL  
EVENT **154**

FANTAZI IMANE  
BERNIA ZEHIOUA HECHAM

HISTORIC CITIES OR THEME PARKS? RISKS AND CHALLENGES  
IN PORTUGUESE CASES. **173**

TERESA CUNHA FERREIRA

PATRIMÓNIO CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO  
DA CIDADE DE CANOINHAS-SC BRASIL **181**

REINALDO KNOREK  
ANDREA MARIA CRESTANI BECHEL

DESIGN E PATRIMÓNIO: FUTUROS POSSÍVEIS **196**

MOEMA D. OLIVEIRA  
ZOY ANASTASSAKIS

REFLEXO(S) DO PORTO: GUIA DO AZULEJO NA CIDADE **209**

NISA PEREIRA FÉLIX DA ROCHA

***A CIDADE PALIMPSESTO: DESTRUIÇÃO, RECONSTRUÇÃO E  
MEMÓRIA DA CIDADE*** **218**

DECIPHERING THE REWRITTEN VILLAGE. THE EXAMPLE OF SAMOS 219

ESTEFANÍA LÓPEZ SALAS

THE TASK OF THE TRANSLATOR: THE ADAPTATION OF THE EXISTING BUILDING 232

SALLY STONE

TORMENTA EM MAR DE LÁPIDES: MONUMENTO, MEMÓRIA E NARRAÇÃO 243

FERNANDO VELASCO

LAILA MELCHIOR

URBAN SCARS: FROM INVISIBLE TO VISIBLE -IN BEIJING AND MEXICO CITY 257

LESSLIE HERRERA, FLORENCE GRAEZER BIDEAU  
AND YVES PEDRAZZINI

BAIRRO ESTIGMATIZADO E TRANSFORMADO 269

CLÁUDIA MUNIZ MOREIRA

CRIAR E RECRIAR O DESAPARECIDO. O SÍTIO E A IGREJA ROMÂNICA DE SANTA JUSTA DE COIMBRA NA CIDADE DE HOJE 284

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS

MARIA LEONOR BOTELHO

DESTRUCTIONS AS OPPORTUNITIES: THE DEBATE ABOUT THE BOMBED HISTORIC NAPLES AT THE DAWN OF RECONSTRUCTION, 1943-1946 296

ANDREA PANE

GIOVANNA RUSSO KRAUSS

ESPAÇO PÚBLICO: MODOS DE FAZER, MODOS DE USAR 313

RODRIGO CAPELATO

EBER MARZULO

RENATA CARRERO

***A CIDADE REPRESENTADA E IMAGINADA: CULTURA, ARTE E A CIDADE***

- 325**
- INTERVENÇÃO ARTÍSTICA NO ESPAÇO PÚBLICO: MOBILIDADE INTERNACIONAL **326**  
BRUNO COSTA & DANIEL VILAR
- IMÁGENES DE LA CIUDAD. EL ZÓCALO DE LA CIUDAD DE MÉXICO, ESCENARIO DE EVENTOS ARTÍSTICOS Y CULTURALES. **337**  
VIOLETA RODRÍGUEZ BECERRIL
- ROLLERBALL, LOGAN'S RUN: UNCOVERING THE SUBTEXT OF THE DYSTOPIAN CITY, HOUSTON AND DALLAS-FORT WORTH **348**  
J. CRAIG BABE
- REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A OBSERVAÇÃO ETNOGRÁFICA DE PROJETOS TEATRAIS COMUNITÁRIOS **360**  
IRENE SERAFINO
- CONCRETO VIVO: O DIREITO À CIDADE EM PERSPECTIVA **368**  
JANINE JUSTEN
- PORTO SENTIDO, PORTO VIVIDO, PORTO IMAGINADO... **379**  
GISELA ARAÚJO
- CINEMA AS AN URBAN CATALYST FOR CREATIVE CITIES: THE CASE OF POST-REVOLUTION CAIRO **395**  
TAHER ABDEL-GHANI
- PAISAGENS URBANAS: SÃO PAULO ENTRE A FOTOGRAFIA E A VIDEOARTE CONTEMPORÂNEA **407**  
SUIANNI CORDEIRO MACEDO
- LA RADIO COMO HERRAMIENTA DE AMBIENTACIÓN TEATRAL: EL CASO DE NORA, 1959 **416**

SARA RUIZ GÓMEZ

PATRIMÓNIO EM AÇÃO E CIDADES CRIATIVAS. DISCURSOS E PRÁTICAS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA 430

ANA RITA ALBUQUERQUE

CONVENTO DE MONCHIQUE NO PORTO: HIPÓTESE DE RECONSTITUIÇÃO DIGITAL 441

TIAGO TRINDADE CRUZ

REVISITANDO A CIDADE ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA 453

VINICIUS BARBOSA PUJOL

LA COCINA DEL INFIERNO. REPRESENTACIÓN DE LA GRAN CIUDAD EN LA SERIE DE TELEVISIÓN DAREDEVIL 464

RAFAEL MARFIL-CARMONA

SEMIÓTICA DEL PAISAJE VISUAL Y SONORO EN EL SUBURBIO. ESTUDIO DE CASO DE LA INICIATIVA URBAN SURVIVORS, DE LA ONG MÉDICOS SIN FRONTERAS 478

RAFAEL MARFIL-CARMONA

PAISAGENS (RE)CRIADAS, A FOTOGRAFIA COMO PENSAMENTO VISUAL SOBRE O ESPAÇO. 491

CRISTINA FERREIRA

LA REPRESENTACIÓN DE LA CIUDAD COMO ESTRATEGIA NARRATIVA EN EL CINE CONTEMPORÁNEO. “CARICIAS” 1998 DE VENTURA PONS 504

ERNESTO TABORDA-HERNÁNDEZ

CITIES OF WRECKED DESIRE: POST-APOCALYPTIC CINEMA AND RUIN PORNOGRAPHY 514

SCOTT WILSON

***A CIDADE LÚDICA: ÓCIO E DESPORTO NA CIDADE*** 524

<b>8 MUJERES 8 REGLAS</b>	<b>525</b>
ANNIKA OLOFSDOTTER BERGSTRÖM AND PIRJO ELOVAARA	
CINEMATÓGRAFO Y CIUDAD: INTEGRACIÓN DEL NUEVO ESPECTÁCULO EN EL ESPACIO URBANO DE LA SEVILLA DE FINALES DEL XIX Y PRINCIPIOS DEL XX. EL FACTOR TRANVÍA	<b>536</b>
MÓNICA BARRIENTOS-BUENO	
<b>A CIDADE VIVIDA: BAIRROS, ASSOCIATIVISMO, SEGURANÇA, MOBILIDADE E LIBERDADE</b>	<b>548</b>
SER COMUNIDADE: A COCRIAÇÃO DA CIDADE HUMANA	<b>549</b>
SANDRA RITA MOLINA ADRIANA SILVA NAINÔRA MARIA BARBOSA DE FREITAS	
ARTISTIC AND CULTURAL ACTIONS IN PUBLIC SPACES: FROM SPECTACLES TO LIVED CITIES	<b>564</b>
VIOLETA VILAS BOAS	
A DISTINÇÃO CULTURAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO FUNCIONAMENTO DAS CIDADES	<b>582</b>
BÁRBARA SCORSULINI JOTA	
<b>A CIDADE TRANSITADA: POLÍTICAS E ATUAÇÕES DE TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS NA CIDADE</b>	<b>593</b>
ENTREMODAIS - UMA ALTERNATIVA PARA A MOBILIDADE URBANA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE DIVINÓPOLIS, MG (BRA)	<b>594</b>
PEDRO GABRIEL DE MELO FLORA	
ACCESS AND MOBILITY FOR THE CONSERVATION AND ENHANCEMENT OF A HISTORIC TOWN: THE CASE OF VIETRI SUL MARE ON THE AMALFI COAST	<b>614</b>
ANDREA PANE STEFANO DE LUCA	

MICHELANGELO RUSSO  
VALENTINA RUSSO

**A CIDADE HABITÁVEL: ARQUITETURA E URBANISMO NA  
CIDADE** 635

CIDADE HABITÁVEL: PARA AS PESSOAS E COM AS PESSOAS 636  
ROSALINDA CHEDIAN PIMENTEL  
MARIAH CAMPOS SILVA LEANDRO CAMPOS  
VITÓRIA CHEDIAN PIMENTEL ZANUTTO

O LIMITE DO MERCADO NO ESPAÇO DA PRAÇA: O CASO DE  
ÉVORA, SÉCULOS XVI-XVIII <sup>1</sup> 649  
DANIELA NUNES PEREIRA

ESQUINAS. GRANDES LECCIONES MICRO-URBANAS 662  
ALICIA PAZ GONZÁLEZ RIQUELME & EDUARDO BASURTO SALAZAR



# COMUNICAÇÕES



# O LIMITE DO MERCADO NO ESPAÇO DA PRAÇA: O CASO DE ÉVORA, SÉCULOS XVI-XVIII <sup>1</sup>

DANIELA NUNES PEREIRA

Doutoranda em História, Bolseira de Doutoramento UNESCO  
Chair (ref. ue\_unesco\_cidehus)  
Universidade de Évora. Departamento de História.

CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Uni-  
versidade de Évora

Palácio do Vimioso, Largo do Marquês de Marialva, n.º 8

Apartado 94

7000-809 Évora - Portugal

Palácio do Vimioso.

Email: dani\_sofia@hotmail.com

## Resumo

*Desde a Idade Média que praça era sinónimo de mercado; porém, por a praça ser ao mesmo tempo o principal espaço público, o mercado não podia afetar as atividades religiosas e concelhias que ali tinham lugar. Para tal era preciso definir a área das trocas comerciais, especialmente nas circunstâncias em que havia necessidade de articular as diversas funções que a praça desempenhava. A documentação dos séculos XVI a XVIII revela que os principais edifícios localizados na praça, nomeadamente a Igreja e os Paços do Concelho, tinham uma clara intenção de afirmar a sua representatividade naquele espaço, não podendo ser invadido pelos vendedores. Tal está bem vincado numa das principais praças de Évora, a Praça do Giraldo, que analisamos neste trabalho.*

## Abstract

*Since the Middle Ages the square was the synonym of a market; however, as the square was the main public space, the market could not affect the religious and council activities that took place there. For that reason, it was necessary to define the area for the commercial exchanges, especially under circumstances when there was the need to articulate the various functions that the square embraced. The documentation from the XVI to the XVIII centuries reveals that the main buildings that were built on the square, such as the Church and the Town hall, had the clear intention to mark their representativity on that space, and could not be invaded by the salesman's. This paper deals with these realities in one of the main squares of the city of Évora.*

## PALAVRAS CHAVE

*Évora; urbanismo; praça; espaços de mercado; séculos XVI-XVIII*

## KEY WORDS

*Évora; urbanism; square; market place; 16th-18th centuries.*

<sup>1</sup> O presente trabalho é parte da pesquisa que me encontro a desenvolver para a tese de doutoramento intitulada Os espaços de mercado nas cidades portuguesas entre os séculos XVI e XVIII, sob a orientação do Prof. Doutor João Brigola, da Universidade de Évora, e do Prof. Doutor Eduardo Duarte, da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

## Introdução

Desde a Idade Média que praça era sinónimo de mercado<sup>1</sup>; porém, por a praça ser ao mesmo tempo o principal espaço público, o mercado não podia interferir nas atividades religiosas e concelhias que ali tinham lugar. Para tal, era preciso definir a área das trocas comerciais, especialmente em circunstâncias em que havia necessidade de articular as diversas funções que a praça desempenhava.

Para Évora, a documentação dos séculos XVI a XVIII revela que os principais edifícios situados na praça do Giraldo, nomeadamente os Paços do Concelho e a Igreja de Santo Antão, tinham uma clara intenção de vincar a sua representatividade naquele espaço, não podendo ser invadido pelos vendedores. Para que isso sucedesse eram impostos limites jurídicos e limites físicos, que podiam ser reconhecidos, como refere Donatella Calabi, pela própria arquitetura que contornava a praça ou através de elementos como o pelourinho, o chafariz, as escadarias, ou outras estruturas arquitetónicas. No entanto, sempre que essa arquitetura se alterava, as regras de uso do espaço também as acompanhavam. No século XVI, a construção dos Paços do Concelho, no topo sul da praça, a reconfiguração e ampliação da primitiva igreja de Santo Antoninho, na extremidade norte, bem como a construção de uma fonte no espaço central ditaram uma nova configuração e ocasionaram a imposição de novos limites e regras para as trocas comerciais, pelos muitos interesses que passaram a coexistir. Ainda segundo Donatella Calabi, “a reconstrução ou ampliação de edifícios ou outras construções arquitetónicas, mesmo de uma fonte, arcadas em série, ou de um novo pavimento, podem ser considerados instrumentos fundamentais para reorientar o espaço de mercado, bem como a definição dos limites da praça e das ruas”<sup>2</sup>. Muitas vezes, na ausência de divisões físicas claramente definidas, o espaço era pontuado por elementos móveis (tabuleiros, bancos, barracas), ou visuais (tabuletas e os expostos para venda), ou sonoros (rebate do sino) e temporais (manhã, tarde, semanal, mensal, sábado, domingo)<sup>3</sup>. Há também uma tendência para regulamentar o mercado, distinguindo as áreas de acordo com os géneros vendidos, o que é veiculado através das posturas municipais. A partir do século XVI, os peixeiros de Évora não são referidos entre os vendedores da praça principal. Para estes vendedores encontrou-se uma solução mais adequada, transferindo-os para uma outra zona da cidade.

A necessidade de definir uma ordem para o principal espaço público, resultou num conjunto de iniciativas construtivas, que não pode ser dissociada de outros acontecimentos históricos que marcaram a cidade naquele século, nomeadamente a deslocação da Corte do rei D. João III para Évora (entre 1531-

1 TRINDADE, Luísa (2009). O Urbanismo na composição de Portugal. Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de doutoramento na área de História, especialidade História da Arte). pp. 529-706.

2 CALABI, Donatella (2006). “Renewal of the shop system: Italy in the early modern period”. in BLONDÉ, Bruno, STABEL, Peter, STOBART, Jon, VAN DAMME, Ija. Buyers and Sellers: Retail circuits and practices in medieval and early modern Europe, Studies in European Urban History (1100-1800) 9. Brepols Publishers. p. 55 (tradução nossa).

3 WELCH, Evelyn (2010). “Luoghi e spazi di mercati e fiere”. in CALABI, Donatella, SVALDUZ, Elena. Il Rinascimento italiano e l'Europa. Vol. 6: Luoghi, spazi, architetture. pp. 69-70.



1537)<sup>4</sup>, ou a instalação do Tribunal da Inquisição (em 1536)<sup>5</sup>.

Sendo a arquitetura a forma mais clara de demarcar fronteiras no espaço, propomos aqui uma leitura da Praça do Giraldo focando sobremaneira os edifícios que mais vincaram os limites deste lugar - os Paços do Concelho, as arcadas, a Igreja de Santo Antão e o Chafariz -, que se apresentaram, igualmente, como uma ferramenta essencial para a gestão do espaço público em Évora, ao longo da Época Moderna (fig. 1).



Fig. 1 – Praça do Giraldo (fotografia de Luís Pardal)

## O perímetro da praça e os limites (in)visíveis

A praça do Giraldo desenvolveu-se fora das muralhas medievais, junto à porta de Alconchel. Os primeiros sinais da reconfiguração e conseqüente delineação da praça iniciaram-se ainda no período medieval, mais concretamente durante o reinado de D. Duarte (1433 – 1438), que ordenou a construção de uns Paços no lado poente, no sítio onde existiam umas estalagens e, junto a estes, uns Estaus, com arcaria por baixo para receber as gentes que vinham de fora, certamente alguns mercadores<sup>6</sup>. Contudo, foi durante o reinado de D. Manuel I (1496-1521) que ocorreram mudanças ou inovações mais significativas na composição deste

4 MANSO, Maria de Deus Beites (1990). Évora capital de Portugal: 1531-1537. Itinerários de D. João III. Lisboa. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

5 António Borges (1987). A inquisição de Évora: dos primórdios a 1668. Vol. 1. Lisboa. Caminho.

6 BEIRANTE, Ângela (1988). Évora Medieval. Dissertação de Doutoramento em História. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 78.



espaço. Em 1501, Rui de Sande pediu licença ao rei para construir umas casas na praça, no lado onde se encontravam edificados os Estaus. Para maior decoro, e definir os limites da construção evitando, assim, a apropriação indevida do espaço, D. Manuel ordenou que as referidas casas fossem erguidas “*ao live! do canto da parede dos estaus nom impedindo a entrada dos touros e fazendo a dita obra sobre arcos em arrezoadada altura*”<sup>7</sup>. A imposição de arcos no piso térreo representava uma forma de orientar a construção para se conseguir a correnteza das fachadas do lado poente da praça, como se depreende, aliás, por uma outra carta enviada em 1502. Nesta missiva, o rei doou um dos arcos dos Estaus, usado para recolher os touros nos dias de festa, a Rui de Sande para “*armar nas suas casas com os nossos estaus*”<sup>8</sup>. Ou seja, uma sequência de arcos que se iniciaria a partir da arcada dos Estaus.

Em 1503 construía-se no topo sul da praça a Cadeia. Tal como as casas de Rui de Sande, o espaço destinado à prisão estava categoricamente regulamentado, tendo D. Manuel encarregado Joham D’orta, vereador da dita obra, a “*mandar fazer segundo forma do nosso regimento*”, que consistia em “*certos côvados assy de ancho como de larguo*”<sup>9</sup>, aproximando-se de um quadrado. Posto que este tipo de edifício exigia paredes grossas, o lote mostrava-se exíguo, levando à supressão de uma azinhaga (beco ou rua muito estreita) que ali existia.

Em 1513, as casas ao lado da Cadeia, que ocupavam um lote de esquina, foram concedidas ao concelho para aí instalar a sua Câmara e a Vereação. Declarando que seria de maior “*nobreza da cidade e melhor regimento della*”, o espaço ideal para edificar os Paços do Concelho era “*na praça e não em outra parte*”<sup>10</sup>. Para assegurar, uma vez mais, o alinhamento das fachadas em relação à praça, a carta de doação especifica que a dimensão do lote das casas antigas, adquiridas a João Fernandes Cirreiro, fosse mantido “*como ele as tem com todo o seu assento de alto e baixo*”. Esta obrigação impossibilitava, simultaneamente, que o concelho extravasasse os limites da parcela primitiva e ocupasse parte do espaço público. A altura do edifício também fica assegurada nesta imposição, permitindo uma construção de dois andares.

Os Paços do Concelho são um exemplo particularmente interessante na cidade de Évora por terem as boticas direcionadas para ruas laterais. No piso térreo existiam onze boticas: seis sob os arcos voltados para a antiga rua dos Mercadores e cinco “*no canto da praça por baixo das ditas casas [...] que estam do canto mayor*”, para a rua do Paço (atual rua da República)<sup>11</sup>. A interpretação que fazemos da distribuição das lojas, direcionadas para ruas laterais e não na posição central da fachada e defronte para a praça, é a de que representa uma forma de retirar da frente do edifício da Câmara as vendas, impedindo a concentração de compradores e vendedores. Sabemos que as casas que foram adquiridas pelo concelho para aí construírem

7 A.D.E. Coleção de Treslados de Documentos de Arquivo Municipal Eborense, Livro 156, fl. 5.

8 Idem ibidem, Livro 156, fl. 27.

9 Idem ibidem, fls. 33 e 41.

10 Idem ibidem, fls. 105-107.

11 A.D.E., Proprios do Concelho, paaços do co e cadea, fls. 35-35v.

o seu edifício possuíam umas “boticas e casas que se derribaram para fazer as casas da Camara” (fig. 2)<sup>12</sup>.



Fig. 2 – Antigos Paços do Concelho de Évora.

Posto que o concelho era obrigado a manter a volumetria do lote primitivo, interrogamo-nos se a disposição das lojas pretendia repetir a feição antiga daquelas casas ou se se tratava de um compromisso para manter naquele canto da praça um espaço de venda. A existência de lojas no piso térreo proporcionava ao concelho um rendimento suplementar colhido dos arrendamentos anuais que fazia aos interessados. As boticas eram alugadas para os mais diversos fins. Sabemos, por exemplo, que em 1544, o Infante D. Luís pediu ao Concelho de Évora que alugasse a “*Jorge fernandes [seu] barbeiro [...] huua logea das que estam de baxo da Camara*”<sup>13</sup>. Na documentação referente aos Paços do Concelho desta cidade, a palavra botica serve para generalizar um lugar de venda, uma loja, sem especificar os produtos que eram vendidos, ou as funções que ali eram exercidas.

Desviado da praça, mas na vizinhança dela, foi construído um armazém para guardar e vender os cereais denominado, tal como o de Lisboa, Terreiro do Trigo. O projeto foi mandado elaborar pelo rei Filipe II, em 1616, e consistia em alinhar uma alpendrada com os arcos das boticas do Concelho: “*se principie a obra do terreiro na forma da traça que delle se fez, a qual vos enviará com esta, fazendo-se logo o portal e os arcos que ande ficar arrimados das casas da cadeia, defronte delles da outra parte se fará hua Alpendrada de telha vã com esteyos de pao e ripas*”<sup>14</sup>. Este importante edifício tinha como propósito controlar melhor os cereais que chegavam à cidade, impedindo que fossem vendidos na praça por vendedores ambulantes.

Em síntese, no programa construtivo que D. Manuel implantou na praça de Évora parece evidenciar-se

12 B.P.E., Manuscritos de Manizola, cod. 75-16 - Promemória das casas da Camara de Évora, fl.167.

13 *Liv. 5º dos Originais da Camara*, fs. 56. BARATA, António Francisco (1909). *Évora Antiga*. Évora. Minerva Commercial. p. 31.

14 *Liv. 7º dos Originais da Camara*, fs. 355. BARATA, António Francisco (1909). *Évora Antiga*. Évora. Minerva Commercial. p. 99.

a linguagem arquitetónica que naquele momento caracterizava aquele tipo de espaço: a existência de arcadas no piso inferior da maior parte dos edifícios. Aliás, este modelo arquitetónico passou a ser uma regra no lado oriental da praça, como atesta o contrato realizado entre o Hospital de Jerusalém de Évora e João Mateus, em 1431. Segundo este acordo, era exigido a João Mateus que nas casas da praça “*façam dous arcos sobre que armem huma camara*”<sup>15</sup>. Imaginemos a praça do Giraldo composta por fachadas com arcaria em três lados da praça (oeste, sul e este), cuja tipologia se prolongará às ruas adjacentes nos reinados seguintes, por se apresentar como uma solução privilegiada para acolher as mais diversas atividades comerciais, ao mesmo tempo que protegia as pessoas e mercadorias em caso de chuva e do muito sol e calor estivais.

O lado oriental da praça era delimitado por uma longa, mas descontínua, arcada. Os arcos (ou ainda pórticos, alpendres, esteios) sinalizavam a presença do mercado na praça<sup>16</sup>. Para além da praça, as arcadas estendiam-se a norte pela rua Ancha (atual João de Deus) até à Porta Nova, e a sul ao longo da rua do Paço (atual rua da República)<sup>17</sup>. Na génese destas edificações podem estar os antigos pontos de venda efémeros, como eram as tendas, que aqui existiam desde, pelo menos, o reinado de D. Dinis. Este monarca aforou vários poios aos mercadores que costumavam vender à porta de Alconchel<sup>18</sup>. Também aqui o concelho mandara fazer uma “*parede na praça d’Alconchel em que estam as fruyteiras*”<sup>19</sup>, arrecadando uma renda pelos postos de venda. Depreende-se que os arcos em pedra tenham surgido para substituir as tendas ou alpendres de madeira usados como postos de venda e estabelecer naquele lado da praça um conjunto de lojas permanentes. Através dos arcos conseguia-se um espaço aberto e funcional. Como expõe Fabrizio Nevola, o fator principal que determinou se um edifício iria incluir lojas (ou seja, arcos) no piso térreo era a sua localização. Por isso, encontramos este tipo de arquitetura nas praças ou nas principais ruas da cidade, porque os proprietários ou os foreiros dessas lojas procuravam locais com visibilidade e centralidade como forma de aumentarem o volume das vendas<sup>20</sup>.

O espaço sob os arcos era regulamentado pelo concelho para evitar que o dono da loja ocupasse todo o vão que, para todos os efeitos, era uma rua pública. Por isso, era pedido aos vendedores que “*detinham tendas nos vãos [com] bancas e mesas a suas portas*” que deixassem espaço suficiente para a circulação

15 PEREIRA, Gabriel, [1885-1891] (1998). Documentos históricos da cidade de Évora, 1ª, 2ª, 3ª partes, Lisboa. INCM, p. 128.

16 BOCCHI, Francesca, “Formazione dei portici di Bologna nel Medioevo” in I portici di Bologna nel contesto europeo”, Atti del convegno internazionale di studi, Bologna, 22-23 novembre 2013, a cura di Francesca Bocchi e Rosa Smurra, Roma ed. Luca Sossella, 2015, pp. 14. Porém, Donatella Calabi adverte que os pórticos (alpendres, arcos, arcadas, etc.) para além da extensão e da posição que ocupam num determinado espaço urbano, os diferentes proprietários e usufrutuários destes espaços (em parte públicos, em parte privados) merecem uma análise caso a caso, tendo em conta, além de sua forma, as instituições e fins económicos para os quais este tipo de edifícios foi feito. Cf. CALABI, Donatella (2015). “I portici mercantili: strumento di regolarizzazione e di abbellimento della città di età moderna in Italia e in Europa”. In I portici di Bologna nel contesto europeo”, Atti del convegno internazionale di studi. A cura di Francesca Bocchi e Rosa Smurra, Roma ed. Luca Sossella. p. 56.

17 No largo da Porta de Moura e no largo de São Francisco também existem edifícios com arcadas ou alpendres.

18 BEIRANTE, Ângela (1988). Évora Medieval. op., cit. pp. 100-103.

19 PEREIRA, Gabriel, [1885-1891] (1998). Documentos históricos da cidade de Évora, op., cit., p. 112.

20 NEVOLA, Fabrizio (2011). Home Shopping: Urbanism, Commerce, and Palace Design in Renaissance Italy”. In Journal of the Society of Architectural Historians, 70(2), pp.158.

das pessoas<sup>21</sup>. Os produtos exibidos sob as arcadas serviam para identificar, sobretudo para os que não sabiam ler, os produtos que aí eram vendidos ou fabricados. No entanto, a permanência de um certo número de artesãos numa determinada parcela da rua, ou num largo, possibilitaram a denominação de áreas que se diferenciavam pelos ofícios que ali tinham lugar. Daí que, na documentação coeva, a rua Ancha seja conhecida como “na rua ancha dos sapateiros defronte da igreja de sancto antão” ou “nos arcos dos sapateiros imdo da prassa pera a Porta nova da mão direita”<sup>22</sup>. Ao lado destes sapateiros estavam os arcos dos violeiros, também defronte para Santo Antão. Na extremidade da Rua Ancha, e em torno da Porta Nova, situavam-se as oficinas dos odreiros e dos oleiros. Ainda na rua Ancha, existiam comerciantes de têxteis, nomeadamente de panos ingleses, considerados tecidos de alta qualidade<sup>23</sup>. O grupo dos ourives ocupava um lugar mais proeminente, nas arcadas em plena praça<sup>24</sup>. A existência de comerciantes com artigos luxuosos revelava os padrões de gosto e de consumo e convertia, claramente, esta praça num dos locais mais desejáveis e valiosos para a prática do comércio. Assim se entende porque no século XVIII encontramos comerciantes a pedirem autorização ao concelho para construir arcos nas suas casas, como são os casos dos mercadores João Martins Coelho e Manoel Mendes Espada. A construção do arco em casas que já existiam possibilitava a ampliação do espaço doméstico, posto que por cima da arcada o morador estava autorizado a construir uma câmara, ou seja, mais uma divisão. O pedido de autorização para este tipo de estrutura tinha que ser feito à Câmara porque o arco implicava a ocupação da via pública. Os exemplos dos mercadores que acabámos de citar mostram algumas das condições que eram exigidas nos contratos: “pretende por um arco com uma camara por cima [...] tenham sempre o dito arco aberto e na forma que se possa servir o povo por elle como estão os mais arcos vezinhos e sobre o dito arco poderam fazer caza”<sup>25</sup>. Antes de o concelho conceder autorização era feita uma vistoria ao lote com intuito de apurar as medidas dos arcos da casa precedente e fixá-las no contrato para que fossem respeitadas: “pera largura da porta do arco e pella parte das casas tem de comprido três varas e duas terças; tem de largo da parte donde vai para a porta nova duas varas e meia; tem de comprido da parte da dita rua ancha outras três varas e duas terças”<sup>26</sup>. Porém, nem todos contratos lavrados apresentavam as medições que o arco a construir devia ter impondo-se apenas a obrigação de se “fazer hum arco na mesma forma que está o outro”<sup>27</sup>. A falta de medidas estipuladas, nomeadamente para a altura e largura, permite um certo desvio, e podem ajudar a justificar a desarmonia de todo o conjunto arquitetónico da praça e ruas envolventes. Sobre a ausência de proporção nas formas e falta de alinhamento das fachadas, Patrizio Pensabene refere que podem indicar várias fases construtivas, como constatou para

21 A.D.E. Coleção de Treslados de Documentos de Arquivo Municipal Eborense, Livro 156, fl. 55.

22 CARVALHO, Afonso de, Da Toponímia de Évora: século XV, Vol. 2, Lisboa, Edições Colibri, 2007, p. 47.

23 Veja-se o caso de José Gomes Chaves, familiar do Santo Ofício, tinha a sua loja na rua Ancha, onde vendia roupas inglesas A.D.E., Livros de Décimas de Évora, Lv. 512, fls 6 e 8, p. 291. LOPES; Bruno, (2012). “Familiares do Santo Ofício, População e Estatuto Social (Évora primeira metade de setecentos). In Atas do I Congresso Histórico Internacional As cidades na História: População, III Vol – Cidade Moderna. pp. 279- 307.

24 A.D.E., Cota 224, fl. 239.

25 A.D.E. Escritura de aforamento de hum cham para fazer um arco que o senado da Camara de evora aforou a João Martins Coelho, mercador, [9 de Fevereiro de 1707], cota 224, fls. 235-239.

26 Idem ibidem, fls. 235-239.

27 A.D.E., Aforamento em fatiozim de hum arco que fez Manoel Mendes Espada ao Senado da Câmara, [8 de Agosto de 1709], cota 224, fls. 245-246.



o caso dos pórticos de casas medievais de Roma. Por outro lado, quando existe igualdade ou sequência de arcos iguais, tal pode apontar para uma única propriedade. Argumenta ainda que o prolongamento no espaço e no tempo destas características arquitetónicas, acompanhavam os ritmos do comércio de um determinado momento histórico<sup>28</sup> (Fig.3).



Fig. 3 – Arcadas da Praça do Giraldo, Évora.

A norte a praça era confinada, inicialmente, pela igreja de Santo Antoninho, edificada à Porta de Alconchel no século XIII. Em 1557, o Cardeal Infante D. Henrique encomendou a Manuel Pires, mestre das obras do Cardeal<sup>29</sup>, a remodelação do primitivo templo, cujos trabalhos duraram até 1563. Para ampliar a igreja foi necessário demolir algumas casas com arcos que se localizavam na rua Ancha. A reorientação da fachada, voltada agora para a praça, pretende marcar a sua representatividade naquele espaço. Para que a igreja de Santo Antão usufruísse de um adro, em 1571 o Cardeal Infante D. Henrique ordenou ao arquiteto Afonso Álvares e ao vedor das obras do aqueduto que estudassem a melhor forma de construir um chafariz no espaço que continha vestígios de um antigo aqueduto que fornecia água à praça, tendo que *“desfazer o arco da rua velha que a atravessa o chafariz e portico [...] para ficar terreiro diante da porta principal da Igreja de*

28 PENSABENE, Patrizio (2008). “I portici nelle case medievali di Roma”, in Il reimpiego in architettura, Roma: École française de Rome, Sapienza Università di Roma, Dipartimento di storia dell’architettura, restauro e conservazione dei beni architettonici. pp. 67-93.

29 “Eu mando ora fazer a igreja de Santo Antão dessa cidade per Manoel Pires, mestre das minhas obras e porque esta obra importa o que sabeis e hee muy necessária”. Liv. 6º dos Originais da Camara, fs. 418, transcrito por BARATA, António Francisco (1909). Évora Antiga, Évora, Minerva Commercial. p. 132.

Sto. Antam<sup>30</sup>. Quanto ao chafariz a construir, para além do seu carácter funcional, ele pode ser interpretado como um elemento que separa o espaço sagrado do espaço profano, dividindo visualmente a praça em duas partes: a do adro da igreja e a da praça propriamente dita, onde tinha lugar o mercado.

A existência de adro era muito importante e era usado nas muitas celebrações religiosas que culminavam nesta praça. Neste espaço sagrado, por exemplo, eram armadas as tribunas para os Inquisidores dos Autos-de-Fé. O percurso que servia para expor o desviante que ia ser julgado perante o Santo Ofício fazia-se desde



Fig. 4 – Igreja de Santo Antão e arcaria da Praça do Giraldo.

o Tribunal da Inquisição, localizado perto da Sé, e seguia pela rua da Selaria para entrar na praça. Os autos de fé sucediam entre uma a duas vezes ao ano. Nas vésperas deste acontecimento, a praça tinha que ser desimpedida para preparar as punições públicas. Entre o Pelourinho e a fonte ficariam as guaritas de madeira e os feixes de lenha que queimavam os hereges<sup>31</sup>. Para consagrar visivelmente o espaço do adro, em 1794 o arcebispo da cidade, Botelho de Lima, mandou construir uma espécie de pódio, todo lajeado e com uma escadaria em mármore e gradeamento de ferro forjado<sup>32</sup>. A sacralidade deste espaço que antecede a entrada do templo tinha

que ser mantida. Por isso, o uso do adro era regulamentado pela legislação eclesiástica, que proibia a venda ou outro tipo de atividades consideradas heréticas neste espaço sagrado<sup>33</sup> (Fig.4).

30 B.P.E., Manuscritos de Manizola, cod. 73-11 - Promemória da fundação da Igreja de Sto. Antam de Évora, fl. 62 - 62vº. No livro sobre as obras do Aqueduto de Évora, Francisco Bilou explica que os arcos referidos na carta do Cardeal Infante D. Henrique pertenciam ao aqueduto não se tratando, por isso, de vestígios de um arco de triunfo romano, ideia propalada no século XVIII, nomeadamente pelo pároco da freguesia de Santo Antão, nas Memórias Paroquiais de 1758. BILOU, Francisco (2010). A refundação do Aqueduto da água da Prata em Évora, 1533-1537. Lisboa. Edições Colibri. pp. 92-93.

31 ANTT., Inquisição de Évora, Cadernos do Promotor 146/3/3, fls 316. COELHO, António Borges (1987). A inquisição de Évora: dos primórdios a 1668. Vol. 1. Lisboa. Caminho. p. 141.

32 Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora (1966). Lisboa. Academia Nacional de Belas Artes, Vol. I, N.º VII. p. 208.

33 Consultar as *Constituições do Bispado Deuora, 1534*, ou as *Constituições do arcebispado Deuora nouamente feitas* por mandado do illustrissimo & reuerendissimo senhor dom loam de Mello arcebispo do dito arcebispado & c [sic]. Euora: em casa de Andre de Burgos, 1565. Título XV. Da immuniidade das Ygrejas. Cap. IX. Que nam façam audiências seculares nas igrejas, nem corram touros nos adros dellas; nem façam contratos de vendas, compras, trocas, aforamentos, nem as escrituras deles, nem feiras, nem mercados, nem cameras, consistórios ou conselhos. Outro si defendemos geralmente que nos ditos adros & cimeiros se nam corram, nem agarrochem Touros, por evitar muitos enconuenientes que se dele seguem & podem seguir." fl. Xlvjjj; Cap. dez. Que nam comam nem bebam jogos nem representações, nem outras muitas cousas em Igrejas ou adros dellas. Cap. Xj. Que nam ponham cousa alguma profana nas Ygrejas, hermidas nem adros. Sobre os limites e separação entre uso religioso e uso profano dos adros das igrejas à revelia das constituições consultar MARX, Murillo.(1989). Nosso chão: do sagrado ao profano. EdUSP. p. 123 e seguintes.

Delimitado o perímetro da praça que, como vimos, se transformou num centro administrativo, religioso e principal espaço económico da cidade<sup>34</sup>, cabe-nos explicar como era usado o espaço vazio. Desde a Idade Média que aqui se realizavam trocas comerciais, cuja regulamentação era estipulada pelas Posturas Municipais. Estas leis concelhias pretendiam controlar os valores, os pesos e as medidas decretadas pelo rei e pelo concelho, avaliar a qualidade dos alimentos ou de outros produtos aí vendidos e impor uma ordem espacial nas vendas e nos vendedores ou restringir atividades. No século XIV, por exemplo, as mulheres que aqui vendiam o peixe estavam proibidas “*de verterem os líquidos e entranhas*” porque causavam grandes sujidades e maus odores. Foi este tipo de inconvenientes que no século XVI levou à transferência das peixeiras para outra área da cidade, que passou a ser conhecida como praça do Peixe (atual praça do Sertório)<sup>35</sup>. Para evitar o uso indevido do espaço e para defender os interesses públicos, cabia ao Concelho regular a posição que os vendedores deviam ocupar na praça: as padeiras vendiam perto do pelourinho, para se diferenciarem das que produziam o pão em casa, que também podiam vender neste espaço; as verceiras e as fruteiras deviam utilizar a parede que fora construída pelo concelho, chegando-se, de preferência, à Igreja de Santo Antoninho, que ficava no topo norte; perto dos Estaus vendiam-se os cereais; para a venda de artesanato, louças e sapatos os bufarinheiros montavam umas tendas<sup>36</sup>. Por vezes, havia tensões entre os comerciantes que vendiam os mesmos produtos tendo o concelho que sortear anualmente, no dia de S. João, o local de cada regateira na praça<sup>37</sup>. Estas pressões mostram uma grande concorrência de vendedores que se descobre pela falta de lugares para a venda e, também, a boa reputação que a praça detinha, ideal para trocas comerciais. Em 1767, a Câmara atribuiu às vendedeiras de pão e doces uma área junto ao Pelourinho<sup>38</sup>; recomendou às vendedeiras de hortaliça que expusessem os alimentos em bancas ou tabuleiros com uma altura máxima de três palmos<sup>39</sup>. Pelas posturas municipais de 1836 sabemos que o lugar para as hortaliças na praça era “*junto aos pés dos arcos como he istilo, ou poderão ser vendidas no chão com tanto porem que se vendão aceadamente*”<sup>40</sup>.

34 Walter Rossa, no artigo A Cidade Portuguesa, enuncia, nos alvares da Época Moderna, a existência de uma “nova centralidade” no urbanismo português. Essa centralidade resulta, na maior parte dos casos, ou de uma expansão urbana ou de uma reestruturação funcional dos espaços das cidades e vilas nos finais do século XV e Inícios do século XVI. Desse processo, os principais edifícios públicos, nomeadamente os Paços do Concelho ou Casas da Câmara e Cadeia, Mercado, Açougues e edifícios religiosos, ficam reunidos na mesma zona, passando esta a ser a principal área da urbe. ROSSA, Walter (1995). “Cidade Portuguesa”. In PEREIRA, Paulo (dir.). História da Arte Portuguesa. Do Barroco à Contemporaneidade, Vol. III. Lisboa. Círculo de Leitores. p. 251.

35 Liv. 6º dos Originais da Camara, fs. 156. BARATA, António Francisco (1909). Évora Antiga. Évora. Minerva Comercial. p. 148.

36 BEIRANTE, Ângela (1988). Évora Medieval. op., cit., 628-628.

37 RAMOS, Carla Susana Barbas dos (1997). A Administração Municipal e as Vereações do Porto, desde 1500 a 1504. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 123.

38 A.D.E., Liv. 47, Vereações, acta de 21-1-1767, fl. 41v, FONSECA, Maria Teresa Couto Pinto Rios da (2000). Absolutismo e Municipalismo. Évora. 1750-1820, dissertação de doutoramento em História e Teoria das Ideias, vol. I, Lisboa. p. 44.

39 A.D.E., Liv. 211, Posturas, 1775, “Ortelos”, fl. 4v-5, idem ibidem, p. 44.

40 Em 1865, a câmara proibiu definitivamente a venda de “hortaliças, legumes, e quaes quer outros objectos do qual costumão concorrer aos mercados desta cidade nas terças feiras ou em outro qualquer dia da semana [...] seja sobre o tabolleiro central da mesma Praça ou sobre o pavimento e ruas laterais. A.D.E., Actas da Câmara de Évora (780), 18/12/1865, fl. 81, MOURATO, Helena Cristina Peixe (2000). Salvaguarda da Imagem urbana de natureza histórica de Évora. A praça do Giraldo, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, p. 48.

Nas vésperas de algum acontecimento especial - como eram as procissões do *Corpus Christi*, a de São João Batista (24 de Junho), a de Nossa Senhora da Visitação instituída em 1516 (3 de Julho) em que era exigido à Câmara que fosse feita como a do Corpo de Deus<sup>41</sup>, a do Anjo Custódio de Portugal, instituída em 1504<sup>42</sup>, que o sineiro da Sé se encarregava de lembrar – era necessário desviar daqui os vendedores ambulantes para permitir que o ritual usasse em pleno o espaço da praça.

## Conclusão

*“...destas praças a melhor, e mais principal, hé a que chamão grande, não por estar no coração da Cidade, plano, e assentado della em que dezembocão, ou nascem outo [oito] principais ruas, mas também pellos belos edificios com que se orna; a sua figura he quadrada, mas de mayor comprimentos, está toda cercada de arcos, em cujas columnas, e pilares se sustentão airozas galarias, da parte do sul, tem o Palacio da Camera, ornado o seu frontespício dos sijos e antiquallhas romanas, postas com bella simetria, que o fazem vistozo, e agradável, e junto a estes os carceres, e cadea publica, e entre as ditas ruas do Raymundo, e Cadea, o Palacio Regio chamado impropriamente do Estaos [...] porem de todos os edificios com que se em nobresse esta praça o mais principal, e magnifico, é o desta Bazilica de S. Antão Abade...”*

<sup>43</sup>.

Neste passo das Memórias Paroquiais de 1758, o Padre Francisco da Rosa descreve os limites da praça principal de Évora através dos edifícios que a definem. O pároco respondeu ao inquérito pombalino sem esconder o seu principal intuito que era o de celebrar a primazia da qualidade deste espaço relativamente aos outros pontos da cidade. O destaque arquitetónico dado à Igreja de Santo Antão, comparativamente aos outros edifícios, não é em vão; no fundo traz consigo toda a representatividade que o templo pretendia deter naquele importante espaço público. A alusão aos arcos dos edifícios deixa antever a multifuncionalidade do espaço, dado que estes sinalizavam a presença do mercado. A contagem das ruas que aqui se cruzam, oito no total, revela uma zona de constante passagem, sem descanso. Denota-se a dicotomia entre lugar de expressão do poder e lugar de encontros – condição essencial para a localização do mercado e da sua sobrevivência. Esta dualidade resultou de um longo e demorado processo de formação e as regras estabelecidas para garantir o bom funcionamento do espaço acompanharam os ritmos das constantes transformações pelas quais a praça passou. As sucessivas reconfigurações tornavam mais complexas as ferramentas de gestão e controlo, necessárias para encarar os diversos interesses que recaiam sobre este espaço.

As arquiteturas tinham uma dupla função: organizar o mercado, enquadrando-o sob as arcadas; e o

41 A.D.E., Livro Pequeno de Pergaminhos, fl. 89. FONSECA, op., cit. p. 378.

42 A.D.E., Livro 3º dos originais, fl. 17. Idem ibidem. p. 378.

43 A.N.T.T – Dicionário Geográfico, Vol. 14, Memória 111, fls.825-839 transcrito por GRILLO, Maria Ludovina 1994-1995). “O Concelho de Évora nas Memórias Paroquiais de 1758 (Conclusão)”. in A Cidade de Évora Boletim de Cultura da Câmara Municipal. II Série. N.º 1. pp. 132-133.

embelezamento da cidade. Esses critérios de beleza podem ser lidos, por exemplo, na linha central da rua com arcos num dos lados da praça, desenhando assim os limites do mercado no espaço urbano que, naquele contexto, se expressava pela continuidade das arcadas.

## Fontes e Bibliografia

- A.D.E., *Proprios do Concelho, paaços do co. e cadea*, fls. 35-35v.
- A.D.E. Escritura de aforamento de hum cham para fazer um arco que o senado da Camara de evora aforou a João Martins Coelho, mercador, [9 de Fevereiro de 1707], cota 224, fls. 235-239.
- A.D.E., Aforamento em fatiozim de hum arco que fez Manoel Mendes Espada ao Senado da Câmara, [8 de Agosto de 1709], cota 224, fls. 245-246.
- A.D.E. *Colecção de Treslados de Documentos de Arquivo Municipal Eborense*, Livro 156.
- A.D.E., Cota 224, fl. 239.
- B.P.E., Manuscritos de Manizola, cod. 73-11 - *Promemória da fundação da Igreja de Sto. Antam de Evora*, fl. 62 - 62vº.
- B.P.E., Manuscritos de Manizola, cod. 75-16 - *Promemória das casas da Camara de Évora*, fl.167.
- B. N., *Constituições do Bispado Deuora, 1534*.
- B.N., *Constituições do arcebispado Deuora nouamente feitas por mandado do illustrissimo & reuerendissimo señor dom loam de Mello arcebispo do dito arcebispado & c [sic]*. Euora: em casa de Andre de Burgos, 1565.
- BARATA, António Francisco (1909). *Évora Antiga*. Évora. Minerva Commercial.
- BEIRANTE, Ângela (1988). *Évora Medieval*. Dissertação de Doutoramento em História. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- BILOU, Francisco (2010), *A refundação do Aqueduto da água da prata em Évora, 1533-1537*, Lisboa, Edições Colibri.
- BOCCHI, Francesca (2015), "Formazione dei portici di Bologna nel Medioevo" in *I portici di Bologna nel contesto europeo*, Atti del convegno internazionale di studi, Bologna, 22-23 novembre 2013, a cura di Francesca Bocchi e Rosa Smurra, Roma, ed. Luca Sossella.
- CALABI, Donatella (2005), "Renewal of the shop system: Italy in the early modern period", in BLONDÉ, Bruno, STABEL, Peter, STOBART, Jon, VAN DAMME, Ilja, *Buyers and Sellers: Retail circuits and practices in medieval and early modern Europe, Studies in European Urban History (1100-1800)* 9, Brepols Publishers.
- CALABI, Donatella (2015). "I portici mercantili: strumento di regolarizzazione e di abbellimento della città di età moderna in Italia e in Europa" In *I portici di Bologna nel contesto europeo*, Atti del convegno internazionale di studi, Bologna, 22-23 novembre 2013, a cura di Francesca Bocchi e Rosa Smurra, Roma, ed. Luca Sossella.
- CARVALHO, Afonso de, *Da Toponímia de Évora: século XV*, Vol. 2, Lisboa, Edições Colibri, 2007.
- COELHO, António Borges (1987). *A inquisição de Évora: dos primórdios a 1668*. Vol. 1. Lisboa. Caminho.

- FONSECA, Maria Teresa Couto Pinto Rios da (2000). *Absolutismo e Municipalismo. Évora. 1750-1820*, dissertação de doutoramento em História e Teoria das Ideias, vol. I, Lisboa.
- GRILLO, Maria Ludovina (1994-1995). “O Concelho de Évora nas Memórias Paroquiais de 1758 (Conclusão)”. in *A Cidade de Évora Boletim de Cultura da Câmara Municipal*. II Série. N. 01.
- *Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora* (1966). Lisboa. Academia Nacional de Belas Artes, Vol. I, N.º VII. p. 208.
- LOPES; Bruno, (2012). “Familiares do Santo Ofício, População e Estatuto Social (Évora primeira metade de setecentos). In *Atas do I Congresso Histórico Internacional As cidades na História: População*, III Vol – Cidade Moderna.
- MANSO, Maria de Deus Beites (1990). *Évora capital de Portugal: 1531-1537. Itinerários de D. João III*. Lisboa. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MARX, Murillo (1989). *Nosso chão: do sagrado ao profano*. EdUSP.
- MOURATO, Helena Cristina Peixe (2000). *Salvaguarda da Imagem urbana de natureza histórica de Évora. A praça do Giraldo*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico. Universidade de Évora.
- NEVOLA, Fabrizio (2011). Home Shopping: Urbanism, Commerce, and Palace Design in Renaissance Italy”. In *Journal of the Society of Architectural Historians*, 70(2).
- PENSABENE, Patrizio (2008), “I portici nelle case medievali di Roma”, in *Il reimpiego in architettura*, Roma: École française de Rome, Sapienza Università di Roma. Dipartimento di storia dell'architettura, restauro e conservazione dei beni architettonici.
- PEREIRA, Gabriel [1885-1891] (1998). *Documentos históricos da cidade de Évora*, 1ª, 2ª, 3ª partes. Lisboa. INCM.
- RAMOS, Carla Susana Barbas dos (1997), *A Administração Municipal e as Vereações do Porto, desde 1500 a 1504*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ROSSA, Walter (1995). “Cidade Portuguesa”. In PEREIRA, Paulo (dir.). *História da Arte Portuguesa. Do Barroco à Contemporaneidade*, Vol. III. Lisboa. Círculo de Leitores.
- TRINDADE, Luísa (2009). *O Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de doutoramento na área de História, especialidade História da Arte).
- WELCH, Evelyn (2010). “Luoghi e spazi di mercati e fiere”, in CALABI, Donatella, SVALDUZ, Elena, *Il Rinascimento italiano e l'Europa*, Vol. 6: *Luoghi, spazi, architetture*, 2010, pp. 69-70.